

VISTO  
BH. 16/07/18

Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

FUNDAÇÃO RENOVA  
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

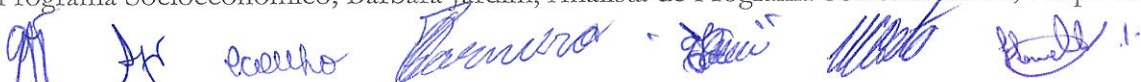
ATA DA 13ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO  
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2018

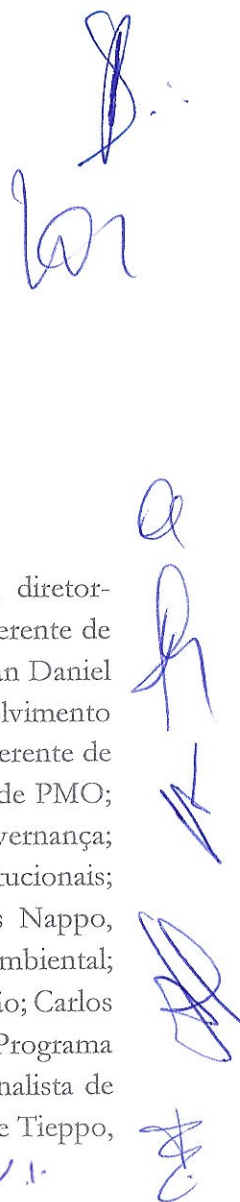
1. **Data, horário e local:** No dia 16 de maio de 2018 às 08h00min, na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 1º andar, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. **Convocação, presença e instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 48 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:

- 2.1. Sr. Alceu José Torres Marques, participando de forma presencial;
- 2.2. Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta, participando de forma presencial;
- 2.3. Sr. Carlos Alberto Sangália, participando de forma presencial;
- 2.4. Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, participando de forma presencial;
- 2.5. Sr. Élcio José Souza de Oliveira, participando de forma presencial;
- 2.6. Sr. Hugo Stefanio Carvalho Carneiro, participando de forma presencial;
- 2.7. Sr. Humberto Savelli Batista Gomes, participando de forma presencial;
- 2.8. Sr. Igor Rodrigues de Assis, participando de forma presencial;
- 2.9. Sr. João Lages Neto, participando de forma presencial;
- 2.10. Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães, participando de forma presencial;
- 2.11. Sr. Rogério Pena Siqueira, participando de forma presencial;
- 2.12. Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac, participando de forma presencial.

2.13. Presentes os seguintes representantes da Fundação Renova: Roberto Waack, diretor-presidente; Débora Michelassi, gerente de Suprimentos; Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança e Riscos; Felipe Cavalcante Santos, Supervisor de Negociação do PIM; Johan Daniel Karrqvist Diretora de programas e projetos; Andrea Azevedo, Diretora de desenvolvimento institucional; Daniela Reis, Líder de Comunicação com Comunidades; Sérgio Kuroda, Gerente de território; Cynthia Hobbs, Diretora de Planejamento e Gestão; Renato Fodra, Gerente de PMO; José Carlos Carvalho, coordenador do comitê técnico; Camila Figueiredo, Analista de Governança; Lígia Pereira, Gerente de território; William Sarayeddin, Gerente de Relações Institucionais; Heloisa Helena Vasconcelos, Analista de Programa Socioeconômico; Gustavo Salles Nappo, Especialista de Programa Socioeconômico; Bruno Pimenta, Líder de Programa Socioambiental; Patrícia Lois, Líder de Infraestrutura; Paulo Massara, Gerente de Tecnologia da Informação; Carlos Henrique Ribeiro, Gerente Financeiro; Luiz Guilherme Gomes, Especialista de Programa Socioeconômico; Mateus Mol, Analista de Programa Socioambiental; Bianca Pataro, Analista de Programa Socioeconômico; Bárbara Jardim, Analista de Programa Socioambiental; Felipe Tieppo,





Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

Especialista de Programas Socioambientais; Juliana Andrade, Analista de Programa Socioeconômico; Lucas Scarascia, Líder de Programa Socioambiental; Juliana Machado, Líder de Estratégia; Rafaela de Oliveira Teodorico, Analista de Governança; e Caroline Fernandes Gomes Coelho, advogada externa da Fundação Renova.

2.14. Presentes também o presidente do Comitê Interfederativo, Marcelo Belisário; o representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA): Tarcísio Foeger; e a representante da ALSO - Alternativas Socioambientais: Fernanda Rennó.

3. **Mesa:** Secretária: Sra. Caroline Coelho

4. **Ordem do dia:**

- (a) Abertura da reunião;
- (b) Acompanhamento das ações das reuniões anteriores e recomendações;
- (c) Plataforma dos processos da nova diretoria de planejamento e gestão;
- (d) Proposta de comitês Comunitários de Turismo;
- (e) Status e próximas entregas dos programas prioritários;
- (f) Almoço;
- (g) Qualidade da água e do pecado;
- (h) Cenário do território Foz do Rio Doce;
- (i) Apresentação – Paisagem;
- (j) Comunicação com territórios;
- (k) Encontros e desencontros da Fundação Renova na Foz do Rio Doce;
- (l) Relato dos participantes do Seminário Intercâmaras CIF;
- (m) Relato sobre o GT sobre a política de indenização de pesca;
- (n) Encerramento e avaliação da reunião.

5. **Discussões:**

5.1. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat iniciou os trabalhos, apresentando a pauta do dia;

5.2. Hugo Stefano se apresentou como novo membro do Conselho Consultivo;

5.3. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat relatou sobre sua presença na reunião do Comitê Interfederativo (CIF), ressaltando que a presença do Conselho Consultivo vem sendo reconhecida naquele fórum. Salientou que este Conselho deve fazer uma lista de

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

questionamentos sobre a qualidade da água para ser enviada ao CIF para esclarecimentos. Informou sobre a negativa de inclusão do município de Anchieta-ES como impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, sob o fundamento de que não foi diretamente afetado pela pluma de rejeitos, mas que sofreu impactos na economia local. O conselheiro Sr. Carlos Sangália acrescentou que o município foi impactado pela interrupção do funcionamento da usina da Samarco Mineração S.A. na localidade. Roberto Waack esclareceu que o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) não abrange como impactados aqueles municípios que tenham sofrido eventual perda de receita fiscal, ao passo que estabelece exclusivamente como escopo das ações da Fundação Renova as reparações dos impactos diretamente ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão. Informou que essa discussão já foi levada ao CIF, esclarecendo, entretanto, que esse órgão também não tem competência para deliberar sobre o tema. O conselheiro Sr. Carlos Sangália indagou sobre as ações para fomentar a economia de Mariana, sendo respondido por Roberto Waack que tais ações estão previstas no TTAC, além de estarem relacionadas ao impacto na economia local, e não à perda de arrecadação fiscal do município de Mariana. Esclareceu, ainda, que o pleito só poderia ser atendido se o TTAC fosse alterado nesse sentido;

5.4. Roberto Waack informou a nova estrutura da Fundação Renova, explicando que além da criação da nova Diretoria de Planejamento e Gestão, a Diretoria de Execução de Programas foi dividida em duas: Diretoria de Projetos e Obras, responsável pelas grandes obras, infraestrutura, engenharia e reassentamento, cujo diretor ainda está em fase de contratação, e a Diretoria dos Programas Socioambientais e Socioeconômicos, cujo novo diretor, Daniel Karrqvist, se apresentou, informando sua formação e trajetória profissional. Foi sugerido que na próxima reunião do Conselho Consultivo seja apresentada sua plataforma de trabalho;

5.5. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat informou que a reunião com o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Dr. José Adércio Leite Sampaio ainda não foi agendada, mas o procurador respondeu positivamente quanto à participação do Conselho Consultivo na construção da nova redação do TTAC. Roberto Waack adicionou que o MPF reconheceu a Fundação Renova como instituição, bem como suas instâncias de Governança, dentre eles, o Conselho Consultivo. Guilherme Tângari informou que recebeu nova proposta de redação do TTAC sob o aspecto da governança e que será enviada para análise do Conselho Consultivo;

5.6. O Coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat informou, ainda, sobre a participação na reunião do Conselho Curador, destacando a discussão do projeto de floculantes. Roberto Waack acrescentou que atualmente a Fundação Renova tem dificuldade de atender ou apoiar todos os projetos que são apresentados. Esclareceu que o programa de economia e inovação, que poderia atender essas demandas, ainda está sendo reestruturado e possui prazo de seis meses para aprová-lo junto ao CIF. Elucidou que é um programa estruturante e compensatório e que possui três pilares: educação, impacto na paisagem e infraestrutura. Assim, a Fundação Renova só poderá acatar, se for o caso, o projeto de floculantes após a definição do programa de economia e inovação junto ao CIF;

5.7. Guilherme Tângari esclareceu que o Conselho Curador levou o debate da captação alternativa de Governador Valadares ao comitê de engenharia e projetos que, junto com a equipe técnica da Fundação Renova, está elaborando resposta para todos os questionamentos feitos pelo



Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

Conselho Consultivo. O conselheiro Sr. Rogério Siqueira sugeriu que sejam informados sobre o andamento desse processo e solicitou que o Conselho Consultivo participe das discussões no Conselho Curador. O conselheiro Sr. Humberto Savelli alertou quanto ao desgaste da imagem da Fundação Renova, caso o projeto da adutora seja revertido, já que há grande expectativa da população em sua implantação;

5.8. No que se refere à devolutiva da reunião realizada em fevereiro de 2018 com a comunidade de Governador Valadares, foi informado que a gerente de Território Mariana Azevedo apresentou um relatório, que será revisado, e posteriormente apresentado para o Conselho Consultivo;

5.9. Prosseguindo na pauta, Cinthya Hobbs passou a apresentar a nova Diretoria de Planejamento e Gestão. Os gerentes das áreas englobadas por essa diretoria se apresentaram: Renato Fodra, gerente de planejamento; Debora Michelassi, gerente de suprimentos; Paulo Massara, gerente de tecnologia e informação, e Carlos Ribeiro, gerente do Financeiro. Quanto à gerência financeira, apresentou: seus propósitos, sua estrutura, seus macroprocessos, os recursos que já foram aplicados até março de 2018 e as proporções relacionadas às medidas compensatórias e reparatórias, bem como os valores investidos nas principais áreas de atuação: contenção de rejeitos; Programa de Indenização Mediada (PIM); Auxílio Financeiro Emergencial (AFE); Programa de dragagem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves ("Candongia"); Recuperação da "área ambiental 1"; infraestrutura; medidas emergenciais; gestão de programas; monitoramento da água; outros (educação, reassentamento, diálogo, indígenas, etc.). O conselheiro Sr. Carlos Sangália sugeriu que esses dados sejam apresentados para a comunidade, o que foi corroborado pelo conselheiro Sr. Hugo Stefano. Andrea Azevedo esclareceu que não basta apresentar tais informações, é fundamental que seja explicado como os recursos foram aplicados. Cinthya Hobbs se prontificou a repassar os dados para o Conselho Consultivo. Continuando, apresentou os valores recolhidos a título de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) por município. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli sugeriu que, além dos valores de ISS recolhidos pela Fundação Renova, seja feito um comparativo destes com o valor total de ISS arrecadado em cada município. Carlos Ribeiro explicou que muitas vezes não se têm tais informações. O conselheiro Sr. Rogério Siqueira sugeriu que seja feita uma comparação com o orçamento dos municípios. Passou-se a apresentar a área de Suprimentos, sob os aspectos de: sua estrutura, elucidando a criação da área de "atendimento à demanda" para otimizar o processo de compras; a auditoria realizada com todos os fornecedores da Renova; ações de estímulo à contratação local, tema sugerido para apresentação na próxima reunião; indicadores da cadeia de suprimentos; convites a processos de concorrência; número de contratações locais. No que tange à área de Tecnologia da Informação, apresentou: sua estrutura e os principais projetos para 2018. No que se refere à área de Planejamento, apresentou: o fluxo de informação; papéis e responsabilidade, independência e entregas do "Project Management Office" (PMO); o plano de ação para implementação de melhorias. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat sugeriu que a diretoria elabore um relatório periódico com os dados dessas áreas para informação deste Conselho;

5.10. O conselheiro Sr. Carlos Sangália passou a apresentar proposta de criação de um comitê comunitário de turismo na região da Foz do Rio Doce, ressaltando tratar de um conceito de "turismo inteligente" e ecoturismo de base comunitária que promova conhecimento, empoderamento, engajamento e gestão participativa. Apresentou: os objetivos específicos, dentre eles a criação de um fórum permanente para debate e encaminhamento do desenvolvimento

*[Handwritten signatures and initials]*

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

integrado e sustentável do turismo na região; a metodologia e implantação; relação de possíveis stakeholders que participariam do comitê. O conselheiro Sr. Igor Rodrigues questionou qual seria a proposta específica para a Fundação Renova, sendo esclarecido que a de fomentar a implantação desse comitê. O conselheiro Sr. João Lages pontuou se não seria o caso de maior integração da Fundação Renova junto a esses stakeholders. Luiz Guilherme Gomes esclareceu que o programa de estímulo ao turismo, cultura e lazer já abrange a criação de planos e políticas com a participação da comunidade, o que será realizado após a sua implementação do programa na região. O conselheiro Sr. Igor Rodrigues ressaltou que essa iniciativa poderia ser incluída no programa relacionado ao turismo, sugerindo que o Conselho Consultivo faça uma recomendação para indicar que a região da Foz do Rio Doce como área prioritária no âmbito do programa de turismo. Sérgio Kuroda adicionou que nessa região já existe um grupo de trabalho que é fórum de discussões de diversos temas relacionados à comunidade, dentre eles o turismo. O conselheiro Sr. Rogério Siqueira lembrou que o Conselho Consultivo pode ter comitês locais, sugerindo que seja criado um na região para acompanhar, não só essa questão do turismo, mas as demais ações da Fundação Renova na região. José Carlos Carvalho comentou que o território é a unidade espacial de referência para as ações da Fundação Renova, ademais há um macroprocesso em sua nova estrutura que é o engajamento e participação das comunidades. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat concluiu duas possibilidades de encaminhamento para o caso: criação de comitê local para tratar do tema ou uma recomendação ao Conselho Curador. Roberto Waack considerou que, como já existe esse grupo na comunidade, não seria o caso de criação de mais uma instância de governança. Andrea Azevedo adicionou que a criação de um plano de turismo junto à comunidade já é diretriz do TTAC, seguida pela Fundação Renova, sugerindo que a própria comunidade se organize, para que se tenha um fórum independente, no qual a Fundação Renova apenas o reconheça, bem como sua participação na construção e implantação do plano de turismo nesse território. Marcelo Belisário adicionou que no sistema de governança da Fundação Renova há previsão de comitês locais para discussão de temas diversos, sugerindo que seja traçada uma recomendação de premissa da participação popular nesses planos. Ficou definido que o Conselho Consultivo elaborará uma recomendação ao Conselho Curador para que as ações do programa de turismo priorizem os municípios da Foz do Rio Doce. Paralelamente, foi sugerido que a equipe do programa de turismo e o gerente de território se reúna com esse grupo para discutir a proposta e apresentar posteriormente;

5.11. Em seguida, Felipe Cavalcante passou a tratar do Programa de Indenização Mediada (PIM), em continuidade às tratativas da reunião anterior, informando os números gerais do programa, linha do tempo do processo de construção do PIM a partir da implantação da “sala de crises” em março de 2018; fatos relevantes, como: implementação dos pilotos de célula de triagem e célula de elegibilidade e precificação, visando a redução de pendências, celeridade de propostas e consequentemente, de acordos; a “árvore de status” das campanhas 01 e 02. Ademais apresentou os números de atendimento por cada escritório do PIM e os próximos passos: finalização da campanha 01, que está em atraso, e continuidade das negociações e pagamentos da campanha 02, que possui risco de atraso, considerando as especificidades de cada caso. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat solicitou a importância de apresentar as datas fatais para a conclusão das campanhas. A conselheira Sra. Andrea Anchieta solicitou que os números por escritório sejam, ainda, detalhados por distrito e por dano, conforme política de pesca. O conselheiro Sr. Humberto Savelli questionou sobre o projeto piloto que seria implantado na Foz

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

Gabriel Pereira de Menezes  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

do Rio Doce, referente à política de pesca em construção do “pescador de fato”, que não comprovou com os documentos exigidos na política atual o exercício da atividade. Marcelo Belisário adicionou que por se tratar de políticas criadas em conjunto com as comunidades, as discussões são complexas. No que se refere ao PIM, esclareceu que a implantação da sala de crise sugeriu um diagnóstico, no qual 37% dos cadastrados não se enquadravam em nenhuma das políticas existentes no PIM, chegando-se à conclusão que essas políticas não poderiam ser restritivas. De modo que se passou a discutir medidas para os casos específicos, a partir de construção de políticas inclusivas. Já os casos atrasados, sem retorno, têm gerado bastante comoção, e que, por isso, devem ser priorizados. Esclareceu que o CIF, em sua função de fiscalização, já incidiu multa pelo atraso da campanha 01;

5.12. Gustavo Salles passou a discorrer sobre o programa de Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), apresentando: a linha do tempo das ações do programa no ano de 2018; os fatos relevantes que ocorreram, dentre eles o processo de migração do pagamento dos AFE via conta bancária, cujo processo já foi finalizado em Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, inclusive, para esses municípios, o pagamento referente a maio de 2018 já foi realizado na conta bancária dos atingidos; os números de pessoas atendidas e auxílio existentes, em termos gerais e por municípios; próximas entregas: continuidade da migração do pagamento via conta bancária e análise e reanálise de elegibilidade e atendimento dos atingidos elegíveis das campanhas 01 e 02. A conselheira Sra. Andrea Anchieta perguntou sobre quais medidas estão sendo implementadas sobre pessoas que estão se beneficiando indevidamente do auxílio. Gustavo Salles esclareceu que está sendo feito um redesenho dos processos críticos e que, recentemente, foram cancelados cerca de 130 cartões indevidos;

5.13. Na sequência, Bruno Pimenta apresentou sobre o programa de conservação da biodiversidade aquática. Informou sobre os seguintes estudos que serão realizados em parceria com instituições de ensino: estudo do monitoramento populacional de peixes na bacia do Rio Doce, cuja entrega está prevista para junho de 2018; estudo de dados pretéritos ao rompimento da barragem (impactos agudos e crônicos), a fim de levantar os impactos; laudo técnico sobre a qualidade do pescado, que reunirá todos os estudos existentes até então para fazer uma comparação; análise dos estudos e laudos para submissão dos mesmos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

5.14. Heloisa Aquino aduziu sobre o programa de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras, já que as ações deste programa com o programa da biodiversidade se relacionam. Relatou sobre a reunião realizada com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), afirmando que refletiu positivamente no seminário da pesca em abril de 2018, da qual surgiram os seguintes encaminhamentos: agenda de reuniões periódicas, para estreitar o diálogo entre Fundação Renova e o órgão estadual. Informou sobre a estruturação produtiva, que visa a implementação de assistência técnica aos aquicultores, com previsão de início em setembro de 2018, que é diferente da assistência técnica aos pescadores, que por sua vez será construída com os próprios profissionais. Discorreu sobre o projeto “Cultivando para pescar”, com previsão de início em setembro de 2018. O conselheiro Sr. Humberto Savelli mencionou um projeto de repovoamento de peixes no Rio Doce, realizado pela Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE) do qual a Fundação Renova pudesse fazer parcerias. Em resposta, Bruno Pimenta comentou que, nos Estados Unidos da América há projetos dessa natureza, mas para fins de pesca esportiva. Ressaltou

*[Handwritten notes and signatures on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

Página 7  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

que, no Brasil, atividades relacionadas ao repovoamento e recolocação de peixes nos rios exigem necessariamente autorização do poder público e órgãos ambientais responsáveis. Ademais, para que esse projeto seja viável, deverá haver, ainda, uma fase de estudo prévio para verificar questões técnicas que garantam a eficiência do projeto, como: melhores espécies, tamanho ideal para recolocação do peixe no rio etc. o conselheiro Sr. Humberto Savelli questionou sobre o envolvimento dos pescadores nesse processo, sendo respondido por Bruno Pimenta que poderiam criar parcerias para a produção dos peixes em cativeiro, por exemplo, ressaltando que o engajamento é fundamental para a conscientização dos pescadores sobre sua responsabilidade na qualidade da biodiversidade do rio. Ressalvou, contudo, que a viabilidade desse processo ainda será analisada pelo programa. No que se refere ao plano de comunicação da qualidade do pescado, Heloisa Aquino esclareceu que a Fundação Renova está em fase de elaboração;

5.15. Em seguida, Patrícia Lois tratou do programa de Reassentamento. No que se refere a Bento Rodrigues, apresentou a linha do tempo das ações, destacando que atualmente está em fase de pré-licenciamento, na qual estudos técnicos e projetos já foram apresentados aos órgãos ambientais para análise, estando pendentes: regularização fundiária do terreno, caracterização do terreno de rural para urbano pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que estão bem encaminhados, podendo ser resolvidos até na próxima semana. No que tange à assessoria técnica aos atingidos, Cáritas Brasileira, informou que haverá reunião com todos os interessados para definir a metodologia de desenho e, somente após essa definição, os arquitetos passarão a desenhar as residências. Ressaltou alguns pontos sobre o licenciamento, como a desapropriação amigável do terreno em que será implantado o reassentamento; informou aspectos da construção do canteiro de obras. No que tange a Paracatu de Baixo, apresentou: a linha do tempo das ações do programa; e a previsão de aprovação de licenciamento em quatro meses. Já quanto a Gesteira, informou que, a partir de novembro de 2017, a comunidade passou a ter assessoria técnica, que apresentou as premissas para o reassentamento coletivo; ao passo que a Fundação Renova já definiu as diretrizes do reassentamento e a lista de elegíveis dessa comunidade. No que tange aos reassentamentos familiares, esclareceu que é para aquelas famílias que aderirem ao reassentamento individual em detrimento do reassentamento coletivo, o que poderá se dar por reconstrução ou compra assistida. Há necessidade, ainda, de se delimitar como serão realizadas essas ações. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli questionou se a Fundação Renova utilizará tecnologias sustentáveis nos projetos. Patrícia Lois esclareceu que não basta estabelecer critérios técnicos de sustentabilidade, mas deve haver um trabalho de conscientização da comunidade a ser reassentada quanto ao uso dessas tecnologias;

5.16. A reunião foi suspensa para o almoço;

5.17. Após o almoço, Bárbara Jardim discorreu sobre o programa de monitoramento qualitativo sistemático (PMQQS) da água do Rio Doce, apresentando os resultados do monitoramento dos rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce. Tarcísio Foeger perguntou qual fonte anterior ao rompimento da barragem de Fundão é utilizada para comparação dos resultados, sendo esclarecido que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) faz o monitoramento dos rios de Minas Gerais desde 1997, sendo que este banco de dados é o utilizado como referência. Esclareceu como se dá a classificação das águas dos rios e o consumo permitido a cada classe, conforme critérios estabelecidos na resolução nº 357 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), informando que o Rio Doce é considerado de classe 2. José Carlos Carvalho

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*

Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

adicionou que na legislação brasileira, quando o rio ainda não for classificado pelos órgãos competentes, considera-o como de classe 2. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat perguntou como os produtores rurais podem se certificar que a água do Rio Doce é apta para irrigação. Mateus Mol esclareceu que, apesar de a Fundação Renova realizar o monitoramento da água dos rios impactados, cabe aos órgãos ambientais responsáveis informar sobre a qualidade da água. O conselheiro Sr. Igor Rodrigues adicionou que, apesar da responsabilidade de monitorar seja da Fundação Renova, esta não tem poder de decisão sobre as medidas a serem tomadas a partir dos resultados do monitoramento. Todavia, sugere que os dados oriundos desse monitoramento sejam públicos e não só disponibilizados aos órgãos ambientais. A conselheira Sra. Ubaldina Isaac afirmou que antes da definição do PMQQS as coletas eram realizadas em período mais curto, todavia, tanto a Fundação Renova quanto a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e de Qualidade da Água (CT-SHQA) identificaram não haver necessidade de tal periodicidade, passando a ser mensal. Respondeu, ainda, sobre a divulgação dos resultados, que a Fundação Renova deverá apresentar à CT-SHQA o primeiro relatório semestral do PMQQS, de modo que após análise deste relatório a câmara técnica definirá, em conjunto com a câmara técnica de comunicação, participação, diálogo e controle social, um plano para divulgação dos resultados. José Carlos Carvalho enfatizou que quem tem o poder de decisão quanto ao consumo da água são os órgãos públicos competentes. O conselheiro Sr. Igor Rodrigues perguntou se, quando há alterações de algum padrão, há investigação quanto aos motivos da alteração, sendo respondido pela conselheira Sra. Ubaldina Isaac que a tomada de decisão após identificada qualquer alteração, será dos órgãos integrantes da CTSHQA. Bárbara Jardim adicionou que no período chuvoso alguns parâmetros apresentam valores superiores aos estabelecidos nas normas, entretanto, tais características já eram apresentadas antes do rompimento da barragem de Fundão;

5.18. Roberto Waack passou a tratar sobre o tema análise da paisagem. Contextualizou a influência do homem na natureza, perguntando aos presentes quais são as relações existentes entre eles. Fernanda Rennó adicionou que a Fundação Renova precisa lidar com todas as relações existentes nos territórios, indagando como poderá iniciar o contato e atuar com todas essas frentes, tendo os presentes respondido com a consulta às comunidades e à natureza. Tarcísio Foeger questionou qual o critério utilizado para definição de território, já que existem quatro: político, econômico, afetivo e natural, sendo esclarecido por Fernanda Rennó que todos eles são utilizados, a depender de cada conflito. Fernanda Rennó explicou o conceito de paisagem, suas características, os métodos/critérios utilizados para se criar e entender a criação de uma paisagem (materialidade, sensibilidade e representação), informando que a análise de paisagem sobrepõe todos esses critérios, sendo uma análise completa e interdisciplinar do território. Esclareceu que, após o rompimento da barragem de Fundão, a paisagem dos territórios envolvidos vem se modificando e que a sua análise ajudará a Fundação Renova a entender o território como um todo, e não somente sob a ótica do impacto. Roberto Waack sugeriu que Juliana Machado apresente posteriormente ao Conselho Consultivo o projeto Paralelo Rio Doce;

5.19. Em seguida, Bruno Pimenta passou a tratar sobre a qualidade do pescado, explicando a metodologia do monitoramento realizado pelo programa. Informou que não foi identificada presença de metais pesados, com exceção de arsênio, em uma amostra de "tilápia" coletada na região de Conselheiro Pena. Passou a apresentar os resultados encontrados, explicando que houve constatação de alguns metais em algumas amostras de peixe, como exemplo o Manganês, cujo limite máximo não é estabelecido pela ANVISA, sendo sugerido pelos conselheiros Sr. Igor

*[Handwritten signatures and initials]*



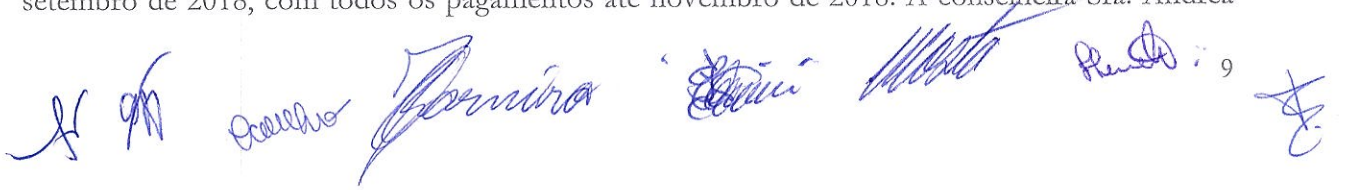
Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.

Rodrigues e Sra. Ubaldina Isaac que usem as normas internacionais como referência. Bruno Pimenta informou os próximos passos do programa: coleta e análise de novas amostras, solicitadas pela ANVISA; verificação de disponibilidade de amostras com outros pesquisadores; conclusões e verificação de novos encaminhamentos. Questionado quanto aos dados históricos, Bruno Pimenta respondeu que existem poucos dados para comparação, já que antes do rompimento da barragem de Fundão não eram realizados muitos estudos, pesquisas e monitoramentos. Esclareceu que, com os resultados que a Fundação Renova possui até então, não houveram dados que ultrapassassem os limites estabelecidos pela ANVISA. Entretanto, cabe àquela instituição deliberar quanto à possibilidade ou não do consumo do pescado. Tarcísio Foeger sugeriu que a coleta de amostras seja regionalizada e, ainda, que sejam coletadas amostras de peixes na superfície e em média e maior profundidade, além de colher amostras nesses mesmos métodos em um outro rio não impactado, como exemplo, o rio São Mateus, para comparar o resultado das análises dos dois rios;

5.20. Na sequência, Sérgio Kuroda passou a tratar sobre o território da Foz do Rio Doce, apresentando as modificações que houveram na extensão de sua abrangência, as equipes de relações institucionais e diálogo responsáveis na região; os principais impactos e os programas que estão em atuação em cada município do território. Os conselheiros Sra. Andrea Anchieta e Sr. Carlos Sangália observaram que não têm conhecimento da atuação de alguns programas apresentados na região, sendo esclarecido por Sérgio Kuroda que as gerências de território estão trabalhando para integrar as ações de todos os programas, para que tenham maior visibilidade pelas comunidades. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat indagou como os demais gerentes de território estão atuando e articulando essas ações, enfatizando que essa integração também deve ocorrer nos demais territórios ao longo do rio Doce. Ficou definido como encaminhamento que a diretora de desenvolvimento institucional Andrea Azevedo apresente ao Conselho Consultivo como as gerências atuarão no território como um todo;

5.21. Daniela Reis disponibilizou um boletim da comunicação aos conselheiros, contendo informações atualizadas de alguns programas e que será distribuído mensalmente;

5.22. Passou-se a tratar sobre o Grupo de Trabalho (GT) criado para elaborar uma política de pesca para o “pescador de fato”, a fim de contemplar aqueles que não comprovaram o exercício de atividade pesqueira com os documentos exigidos na política atual. O conselheiro Sr. Humberto Savelli relatou que havia ficado definida a ideia de implantar um projeto piloto na foz do Rio Doce para identificar a eficácia e possíveis pontos de melhorias da política elaborada. O conselheiro Sr. Carlos Sangália comentou sua percepção negativa acerca da reunião realizada com a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) para apresentar a proposta da nova política. A conselheira Sra. Andrea Anchieta relatou que houve certa resistência de membros da CT-OS no acolhimento da política. O conselheiro Sr. Carlos Sangália, por sua vez, afirmou que não houve resistência, que a CT-OS acolheu a política e que, inclusive, a Fundação Renova poderia começar a considerar a nova lista de documentos comprobatórios distintos do registro geral da pesca (RGP) de imediato, mas que a criação de uma nova política deveria ser construída em conjunto com a CT-OS, o que demandaria tempo. Ana Weinz esclareceu que o que ficou acordado no GT não será negligenciado, entretanto, para que seja implementado, é necessário um procedimento/processo de construção, contratação de profissionais para estudos, etc. Quanto aos prazos dessa nova política, informou que todos os acordos no PIM deveriam ser assinados até setembro de 2018, com todos os pagamentos até novembro de 2018. A conselheira Sra. Andrea



Gabriel Pereira de Azevedo  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

Anchieta debateu que havia ficado acordado que a Fundação Renova já poderia adequar os documentos e aplicar aos casos, sendo que o prazo para conclusão dos acordos seria junho de 2018. Ana Weinz explicou que a política atual admite só os documentos legalmente reconhecidos; o proposto foi inclusão de novos documentos e, na hipótese de não haver nenhum, a auto declaração. Ocorre que esses dois novos procedimentos alteram a política atualmente aplicada ao PIM. Dessa forma, é necessária a validação formal da CT-OS e do CIF, por meio de nota técnica e deliberação. Ressaltou que, paralelamente, a Fundação Renova já está elaborando o documento necessário para solicitar ao CIF as aprovações, bem como já está adequando o sistema, capacitando e treinando sua equipe, para que seja possível realizar o atendimento a essa nova política no prazo. Dessa forma, elucidou que só poderá passar a aplicar essas políticas após as devidas aprovações formais da CT-OS e CIF. Ficou acordado que o PIM passará a reportar o andamento dessa nova política nas próximas reuniões do Conselho Consultivo.


6. **Recomendações:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações a seguinte recomendação:

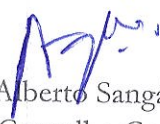
6.1. Recomendação para o Conselho Curador: Priorizar os municípios da Foz do Rio Doce no âmbito do programa de turismo da Fundação Renova.


7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

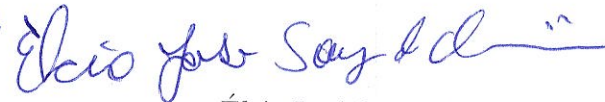
Belo Horizonte, 16 de maio de 2018.

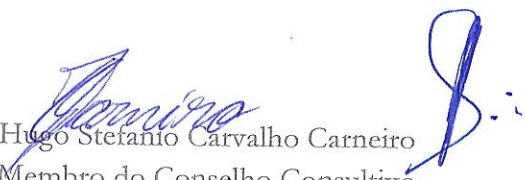
  
Alceu Torres Marques  
Membro do Conselho Consultivo

  
Andrea Aparecida Anchieta  
Membro do Conselho Consultivo

  
Carlos Alberto Sangália  
Membro do Conselho Consultivo

  
Cláudio Bruzzi Boechat  
Membro do Conselho Consultivo

  
Élcio José Souza de Oliveira  
Membro do Conselho Consultivo

  
Hugo Stefano Carvalho Carneiro  
Membro do Conselho Consultivo

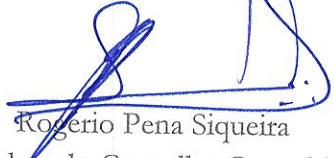
  
Humberto Savelli B. Gomes  
Membro do Conselho Consultivo

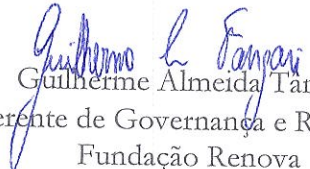
  
Igor Rodrigues de Assis  
Membro do Conselho Consultivo


Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 16 de maio de 2018.


Página 11  
Gabriel Pereira de Mendonça  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações


  
João Lages Neto  
Membro do Conselho Consultivo

  
Rogério Pena Siqueira  
Membro do Conselho Consultivo

  
Guilherme Almeida Tangari  
Gerente de Governança e Riscos da  
Fundação Renova

  
José Geraldo Rivelli Magalhães  
Membro do Conselho Consultivo

  
Ubaldina Maria da Costa Isaac  
Membro do Conselho Consultivo

  
Caroline Fernandes G. Coelho  
Advogada e Secretária da Mesa